

# NOVAS EVIDÊNCIAS ACERCA DAS OCUPAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO<sup>1</sup>

Ana Maria Bianchi<sup>2</sup>  
José Pastore<sup>2</sup>

## RESUMO

A despeito do número crescente de estudos teóricos e empíricos sobre o mercado de trabalho no Brasil, poucos discriminam as diversas ocupações que integram a estrutura desse mercado. Este artigo foi escrito com o objetivo de contribuir para preencher essa lacuna, ainda que de maneira exploratória. Os autores analisam dados da FIBGE sobre a força de trabalho metropolitana brasileira em 1996, que foram agrupados e classificados de tal forma a definir 61 famílias ocupacionais representativas. A última seção do artigo trata de padrões de permanência e de mobilidade dentro de e entre essas famílias ocupacionais.

A despeito do revigoreamento dos estudos de mercado de trabalho no Brasil, não existe ainda contrapartida à altura da relevância teórica do tema e de suas implicações práticas, no domínio das ocupações. São escassos os estudos empíricos sobre mobilidade, dentro e entre diferentes ocupações, baseados em estatísticas recentes. Saber para onde caminha o emprego é importante diante do preocupante quadro de desemprego que afeta as regiões metropolitanas. Ora, poucos estudos dedicam-se ao trabalho miúdo de focalizar a estrutura ocupacional envolvida em tais mudanças. Desse ângulo específico, houve pouco progresso na caracterização de processos de mudança sobre os quais muito se fala.

Com mais intensidade do que em outros momentos da história contemporânea, os postos de trabalho estão em permanente processo de criação, destruição e deslocamento. O acompanhamento das trajetórias individuais entre setores da economia e entre profissões constitui um passo importante para se avaliar adequadamente o que está ocorrendo com o mercado de trabalho brasileiro. Na década de 1950, alguns estudos pioneiros montaram grandes painéis sobre a estrutura ocupacional brasileira. Até hoje,

---

1 Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no III Encontro Nacional de Economia Clássica e Política, realizado em Niterói, RJ, em junho de 1997. Os autores agradecem aos pareceristas anônimos de Nova Economia pela sua contribuição ao desenho final do artigo, assim como pelos comentários do Prof. João Maurity Sabóia, da UFRJ, cujas críticas e sugestões foram aqui parcialmente incorporadas.

2 Do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo.

são usados para a classificação dos indivíduos segundo *status* ocupacional. Nas décadas seguintes, porém, esses estudos não tiveram continuidade.<sup>3</sup> Do ponto de vista do mercado de trabalho como um todo, captado por dados censitários, a estrutura ocupacional brasileira ainda é grandemente desconhecida.

Qual a vantagem dos estudos sobre mercado de trabalho que têm como foco as ocupações? Quando os dados do mercado de trabalho são desagrupados por categorias ocupacionais homogêneas, o que parecia igual mostra-se variável e vice-versa. A introdução desse controle traz à luz tendências que ficavam encobertas no agregado. De forma semelhante, é possível constatar que algumas tendências válidas para o conjunto do pessoal ocupado não se aplicam a categorias ocupacionais específicas. Detectar esse tipo de ocorrência é crucial para saber o que tende a acontecer no futuro próximo com o mercado de trabalho.

De particular interesse é a contribuição que análises ocupacionais têm a dar no que se refere às mudanças em curso no setor terciário da economia. Trata-se, como é amplamente sabido, de um setor extremamente heterogêneo, integrado por atividades que também não crescem de maneira harmônica. Dentro de cada área, convivem atividades tradicionais com atividades que, senão inteiramente novas, ganharam uma dimensão sem precedentes na paisagem urbana – o vendedor de cachorro quente da esquina, o entregador de comida a domicílio, o lavador de carro, o guardador de rua, o perueiro do serviço de lotação clandestino e por aí afora. Muitas pesquisas recentes, ao falar genericamente sobre o terciário, apontam para essa diversidade. Poucas ainda, porém, dão um passo a mais e discriminam as várias atividades e funções que o compõem.<sup>4</sup>

Além do interesse teórico pelo tema, suas implicações práticas são claras. Conhecer as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores no mercado ajuda a orientar políticas de treinamento profissional e reencaminhamento da mão-de-obra afetada pelo desemprego. Neste artigo dados da Pesquisa Mensal de Emprego de 1996 sofrerão um tratamento basicamente descritivo. A pretensão dos autores é modesta. Trata-se apenas de um primeiro passo na caracterização da estrutura ocupacional das regiões me-

---

3 Uma exceção é o estudo de Silva (1974). Não teve, contudo, a mesma difusão das pesquisas anteriores, dentre as quais a de Hutchinson *at al.* (1960).

4 Nesse aspecto, merece destaque o trabalho de Kon (1995). A partir de uma ampla revisão da literatura, a autora monta uma tipologia representativa da estrutura ocupacional brasileira, discriminada em três grandes níveis: as ocupações relativas à empresa (dirigentes, trabalhadores da produção e trabalhadores administrativos); os conta-própria (profissionais liberais e outros) e os trabalhadores do serviço doméstico.

tropolitanas, essencial para abrir o caminho para trabalhos de maior envergadura teórica.

Na primeira seção, relataremos os procedimentos adotados no tratamento dos dados empíricos da PME. A seção seguinte será dedicada à análise dos resultados empíricos relativos às famílias de ocupação montadas segundo tais procedimentos, em termos de suas características gerais de gênero, escolaridade e situação de trabalho. A terceira seção focalizará o trânsito recente do pessoal ocupado entre posições na ocupação, em termos agregados. A quarta e última seção do artigo examinará a permanência na ocupação das diferentes famílias de ocupação. Para empreender a análise das duas últimas seções, comparamos a ocupação do indivíduo em 1991<sup>5</sup> com sua ocupação em 1996.

## 1 TRATAMENTO DOS DADOS

A rede atual de ocupações definidas pela FIBGE compreende cerca de 360 categorias. Como seria impraticável analisar toda essa rede para detectar as principais trajetórias do pessoal ocupado, decidimos trabalhar com conjuntos relativos a “famílias de ocupação”. Com esse intuito, submetemos os dados sobre “ocupação na semana” em 1996 a um tratamento que compreendeu as seguintes etapas:

- i) tomamos as categorias definidas pela FIBGE para registro da ocupação dos moradores com 20 anos e mais e calculamos sua frequência, para determinar as ocupações mais representativas do mercado de trabalho metropolitano;
- ii) quando o número de integrantes da categoria ocupacional era igual ou superior a 90 indivíduos, preservamos as denominações da PME, uma vez que o tamanho amostral era suficiente para permitir futuras desagregações;
- iii) no tocante às ocupações com menos de 90 integrantes, dois procedimentos alternativos foram adotados:
  - a) o abandono da categoria em análise, procedimento que prevaleceu no maior número de casos;
  - b) o reagrupamento da ocupação com outras categorias com as quais tivesse afinidade, com o objetivo de definir as

---

5 O questionário utilizado continha um suplemento com um conjunto específico de perguntas sobre a ocupação exercida pelo morador cinco anos antes, isto é, em 1991.



famílias de ocupação. Um exemplo desse procedimento foi a junção dos códigos 173 (analistas de sistemas) e 194 (programadores de computador) para gerar a família de ocupação 1900, que chamamos de “analistas e programadores”; outro exemplo foi a constituição da família de ocupação 3200, denominada de “feirantes e outros ambulantes”, a partir da agregação dos códigos: 611 (feirantes), 612 (aguadeiros), 613 (doceiros, sorveteiros e baleiros), 614 (quitandeiros e fruteiros), 616 (bilheteiros) e 617 (outras ocupações no comércio ambulante).

O procedimento b) permitiu a montagem de 24 novas famílias de ocupação constituídas pela junção de ocupações isoladas, conforme exposto no quadro apresentado em apêndice. Somadas essas categorias àquelas selecionadas em i), totalizamos 61 famílias de ocupação representativas da estrutura ocupacional das grandes metrópoles brasileiras. A amostra assim reformulada é integrada por um total de 21.511 entrevistados, com idade de 20 anos ou mais.<sup>6</sup>

A dificuldade de lidar com as categorias predefinidas no questionário da PME é, em si mesma, sintomática das grandes transformações ocorridas na estrutura ocupacional brasileira durante os últimos anos. Embora essencial para que a informação seja coletada com fidelidade, as categorias funcionam às vezes como uma camisa-de-força para a análise das mudanças. O entrevistador não dispõe de um questionário estruturado para captá-las – aliás, nem deveria dispor, pois a função dos códigos predefinidos é justamente dar estabilidade à informação obtida. Pelo menos dois problemas sérios devem ser minimizados na entrevista: a diversidade de designações regionais para uma mesma ocupação e, na medida do possível, as mudanças de terminologia impostas pelo tempo.

Esse segundo ponto merece ser melhor debatido. De um lado, observamos que a codificação da PME para a variável “ocupação na semana” é extremamente detalhada no que se refere às ocupações da indústria de transformação. Há 12 códigos diferentes para designar as ocupações da indústria têxtil, 19 códigos para as ocupações da indústria metal-mecânica, 10 códigos para a indústria de madeira e móveis e assim por diante. Para alguns desses códigos encontramos um número muito reduzido de respostas no questionário, o que quer dizer que poucos indivíduos abrangidos pela pesquisa exerciam essas ocupações.

---

6 Este número varia ao longo do texto em função de diferenças no número de respostas válidas em cada variável analisada.



Se a codificação da variável “ocupação na semana” da PME é excessivamente detalhada para as ocupações industriais, ela é, ao contrário, bastante genérica no que se refere às ocupações do setor terciário. Seria possível alcançar uma discriminação maior para as atividades típicas do setor, a exemplo do que ocorre na indústria de transformação? Mais do que possível, seria esse detalhamento desejável, conveniente para retratar a realidade atual do mercado de trabalho metropolitano?

À primeira vista, a resposta a ambas as questões é “não”. As atividades do comércio e dos serviços não parecem comportar uma discriminação de funções comparável à da indústria de transformação, tradicionalmente organizada em moldes fordistas. Quando olhamos os dados numa perspectiva longitudinal, ocupações como urdideiro, laminador ou operador de máquina de marcenaria perdem terreno, ao mesmo tempo que ganham importância os “comerciantes por conta-própria”, “vendedores no comércio”, “contadores”, “auxiliares de escritório” e “assistentes administrativos”. Esta última designa um vasto conjunto de habilidades, típico de um mercado de trabalho que requer profissionais polivalentes, ágeis para incorporar mudanças tecnológicas e preparados para deslocar-se entre empregos de diferentes setores da economia.

Outro cuidado a ser tomado com o sistema de codificação da PME é que suas categorias não se prestam totalmente, pelo menos de forma isolada, a detectar a emergência de novas ocupações no mercado de trabalho. Em que medida o desenvolvimento dos serviços de comunicação induz ao aumento de demanda por técnicos de fibras óticas ou de instaladores de televisões a cabo? Um amplo *survey* do mercado de trabalho, como a PME, não é adequado para responder essa pergunta. O que temos aqui – e não é pouco – são algumas pistas capazes de pavimentar o caminho de futuras pesquisas.

Sabemos que, como os seres vivos, as profissões envelhecem e morrem. Indivíduos que há vinte anos atrás trabalhavam como perfuradores de cartão ou operadores de máquinas copiadoras tornaram-se obsoletos com a transformação tecnológica do sistema produtivo. Com formação escolar precária e carentes das habilidades mínimas necessárias para adaptar-se a novas funções, muitos indivíduos que trabalhavam nessas ocupações engrossam, hoje, o contingente de “não-empregáveis” demitidos pela indústria de transformação. Um desafio comparável é enfrentado por operadores de computadores de grande porte, substituídos, nas últimas décadas, por microcomputadores de uso pessoal. No setor público, escriturários e estafetas são funções em processo de extinção. Ainda na indústria de transformação, à medida que o trabalhador assume maior responsabilidade sobre o processo produtivo, ocupações como “inspetor de qualidade” tendem a ver seu papel restringido.

Embora muitas das atividades do setor de serviços ainda empreguem tecnologias intensivas em trabalho, a adoção de tecnologias mais avançadas em algumas de suas áreas, que se vem espalhando a passos largos, propiciou a emergência de novas modalidades de ocupação, para as quais não existe ainda um número suficiente de profissionais habilitados. Serviços de telecomunicações, diversão, radiodifusão e televisão, por exemplo, favorecidos pelo aumento da densidade demográfica das regiões metropolitanas e pelo aumento dos padrões de consumo da classe média, criam oportunidades de emprego que beneficiam principalmente os jovens devidamente qualificados.

Ainda sobre novas e velhas ocupações, é preciso fazer um alerta a respeito de categorias que conservaram o mesmo rótulo mas sofreram uma mudança radical na natureza do trabalho exercido por seus ocupantes. Este pode ser o caso das secretárias, por exemplo, que gradualmente afastaram-se de funções como datilografar textos ou servir café para atuar mais como assistentes administrativas de diretoria. O mesmo raciocínio pode ser estendido aos mecânicos: o mecânico à moda antiga, que baseava seu trabalho em qualidades como força muscular, experiência prática e conhecimentos elementares de mecânica, teve seu espaço invadido pelo profissional com melhor preparo educacional, mais equipado para enfrentar as inovações microeletrônicas. Seu concorrente potencial é um técnico com 2º grau completo, capaz de ler instruções em inglês e disposto a responsabilizar-se pessoalmente pela qualidade do produto final.

Na caracterização geral das famílias de ocupação selecionadas, que faremos a seguir, esses aspectos serão considerados. Convém frisar que, em vista do pioneirismo da análise, todo o cuidado é pouco na interpretação dos resultados. Estamos presenciando mudanças cujo sentido e direção não são auto-evidentes.

## 2 AS FAMÍLIAS DE OCUPAÇÃO

Em termos das características gerais das famílias de ocupação investigadas, o primeiro item importante diz respeito à distribuição da amostra segundo gênero (Tabela 1). Nota-se a presença de ocupações que ainda são domínio exclusivo ou praticamente exclusivo dos homens, como é o caso de boa parte das ocupações da indústria de transformação e da construção civil. São ocupações manuais, em sua maioria, que requerem qualificação de nível ginásial, no máximo. Abrangem: almoxarifes e armazeneiros, eletricitas de instalação, expedidores e conferencistas de materiais, mestres, contramestres e técnicos, soldadores, torneiros mecânicos, ferreiros e serralheiros, pedreiros, serventes de pedreiro, encanadores e carpinteiros.

**Tabela 1**  
**GÊNERO, POR FAMÍLIA DE OCUPAÇÃO**

	Ocupação	Masculino	Feminino	N
8	Empresários da indústria de transformação	78.5	21.5	302
9	Empresários da construção civil	95.8	4.2	95
40	Chefes de serviços administrativos nas empresas	74.7	25.3	640
53	Pagadores e caixas	48.0	52.0	150
54	Almoxarifes e armazenistas	86.1	13.9	122
55	Expedidores e conferentes	92.1	7.9	89
58	Operadores de máquinas de processamento de dados	59.0	41.0	212
59	Secretárias	4.8	95.2	332
63	Recepcionistas	13.1	86.9	214
101	Engenheiros	90.8	9.2	153
151	Médicos	57.3	42.7	117
162	Enfermeiros não-diplomados	12.9	87.1	381
182	Contadores	75.8	24.2	157
233	Advogados	69.2	30.8	185
422	Torneiros mecânicos	99.0	1.0	97
426	Soldadores	96.4	3.6	111
429	Ferreiros, serralheiros	98.7	1.3	149
470	Alfaiates, costureiros	7.1	92.9	549
478	Trabalhadores na fabricação de calçados	47.9	52.1	192
481	Marceneiros	99.5	0.5	196
482	Carpinteiros	99.1	0.9	110
503	Reparadores de equipamentos eletroeletrônicos	100.0	0.0	126
506	Eletricistas de instalações	100.0	0.0	137
514	Pintores e caiadores	100.0	0.0	191
517	Encanadores	100.0	0.0	94
584	Embaladores de mercadorias	54.2	45.8	120
586	Trabalhadores da indústria de borracha/plástico	74.4	25.6	90
603	Operadores da caixa	19.8	80.2	162
813	Cozinheiros (exceto serviços domésticos)	27.4	72.6	420
814	Garçons	85.7	14.3	119
815	Atendentes de bares e lanchonetes	40.0	60.0	245
821	Cabeleiros	30.7	69.3	199
824	Manicures	1.8	98.2	111
841	Porteiros	90.4	9.6	178
844	Serventes de prédio	37.4	62.6	740
845	Contínuos	93.8	6.2	97
924	Trabalhadores braçais	97.0	3.0	405
926	Ocupações em cuidados pessoais	28.0	72.0	125
1000	Comerciantes empregadores	74.3	25.7	557
1200	Diretores e chefes do setor público	42.3	57.7	194
1300	Administradores de empresas industriais	76.2	23.8	185
1400	Administradores de comércio	72.3	27.7	282
1500	Administradores de hotéis e outros serviços	79.7	20.3	138
1700	Assistentes administrativos	33.0	67.0	309
1800	Auxiliares de escritório	46.4	53.6	1146
1900	Analistas e programadores	73.5	26.5	147
2100	Professores de 2º grau	37.4	62.6	163
2200	Professores de 1º grau	7.2	92.8	569
2600	Mestres, contramestres e técnicos	93.0	7.0	187
2700	Mecânicos	99.7	0.3	626
2800	Pedreiros	99.6	0.4	955
2900	Serventes de pedreiro	99.4	0.6	330
3000	Comerciantes conta-própria	67.5	32.5	1094
3100	Vendedores	58.9	41.1	958
3200	Feirantes e outros ambulantes	55.0	45.0	755
3300	Representantes de vendas	86.1	13.9	466
3400	Motoristas	99.0	1.0	1279
3500	Trocadores	86.7	13.3	150
3600	Diaristas (serviços domésticos)	3.8	96.2	718
3800	Empregados domésticos	8.7	91.3	1259
3900	Oficiais e praças	95.1	4.9	349

Fonte: Elaboração própria, a partir da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE.



São também tipicamente masculinas algumas ocupações dos outros setores da economia: motoristas, oficiais e praças, porteiros, trocadores, representantes de vendas, vigias, garçons, contínuos e trabalhadores braçais em geral. Os homens são ainda a grande maioria da população que ocupa funções empresariais na indústria, bem como entre os engenheiros.

Há um segundo grupo de ocupações em que a presença masculina é majoritária, mas não tão marcante como no primeiro. É o caso dos administradores de empresas nos vários ramos de atividade, mas também dos analistas e programadores, advogados, comerciantes, comerciantes por conta-própria, contadores, administradores de hotéis, chefes e encarregados de serviços administrativos nas empresas e trabalhadores da indústria de borracha.

Em contrapartida, há profissões tipicamente femininas: costureiras, empregadas domésticas, enfermeiras, manicures, professoras de 1º grau, secretárias e recepcionistas. Ao lado destas, tradicionalmente exercidas por mulheres, existem ocupações em que as mulheres se encontram em maior número do que os homens: assistentes administrativos, atendentes de bares e lanchonetes, auxiliares de escritório, cozinheiros (fora do serviço doméstico), ocupações de cuidados pessoais, pagadores e caixas, professores de 2º grau, cabelereiros e serventes.

Talvez o resultado mais notável, nesse aspecto, seja a incidência de ocupações “mistas”, entendendo-se como tal aquelas que têm de 40 a 60% de mulheres. Um exemplo expressivo é a profissão médica. De uma atividade quase proibida para mulheres, nas primeiras décadas do século XX, tornou-se hoje uma profissão onde as mulheres são tão numerosas quanto os homens, pelo menos nas regiões metropolitanas.

Além dos médicos, há ocupações mistas na indústria de transformação, tais como embaladores de mercadorias e operadores de máquinas de processamento de dados; no comércio, as mulheres constituem uma parcela numerosa dos atendentes de bares e lanchonetes, vendedores em geral e vendedores ambulantes; no setor público, são maioria nas funções de direção, chefia e assessoramento. Cabe assinalar que os resultados aqui encontrados reforçam a conclusão de estudos recentes sobre o mercado de trabalho, que mostram que as mulheres estão hoje praticamente em todos os setores de atividade, exercendo um sem-número de ocupações.

Trabalhando com dados do censo de 1980, Bruschini (1989) aponta os “guetos” em que se refugiam as mulheres que ingressavam na força de trabalho: empregadas domésticas, secretárias, costureiras, balconistas, professoras e enfermeiras. A autora constata uma segregação ocupacional, decorrente do fato de um número reduzido de ocupações mal pagas e de baixa qualificação concentrarem o grosso da PEA feminina. Embora nossos dados não sejam estrita-

mente comparáveis, mesmo porque se restringem à população metropolitana de 20 anos ou mais, eles apontam para uma mudança parcial nesse quadro.<sup>7</sup>

Os resultados da Tabela 2 apresentam a distribuição das famílias de ocupação selecionadas segundo o nível educacional de seus integrantes. Essa informação é completada na Tabela 3, onde diferentes estatísticas descritivas sintetizam o nível de escolaridade das 61 famílias de ocupação selecionadas. Para cada uma delas, o preparo escolar requerido para o exercício de suas atividades pode ser bem aquilatado pelo valor modal.

A primeira observação pertinente diz respeito às ocupações exercidas por analfabetos. Embora em pequeno número, as categorias nas quais os analfabetos ainda representam uma parcela significativa da amostra merecem menção, pois, como sabemos, é entre os mesmos que o problema da empregabilidade do trabalhador se torna mais severo. Assim, um em cada quatro empregados domésticos<sup>8</sup> são analfabetos; e um em cada cinco serventes de prédio também o são. Além destas duas ocupações, há uma incidência significativa de analfabetos entre os trabalhadores braçais, carpinteiros, pedreiros e serventes de pedreiro, ocupações que têm servido como refúgio para uma mão-de-obra pouco qualificada, sujeita ao desemprego e a uma grande rotatividade de emprego.

---

7 Evidentemente, o fato de muitas ocupações definidas pela PME de 1996 serem mistas nos diz pouco acerca das tendências observáveis num recorte longitudinal. Em outras palavras, não nos permite avaliar a extensão desse movimento de “feminização” do mercado de trabalho. Estudos recentes, como os de Kon (1999) e de Wajnman, Perpétuo (1997), que registram um aumento persistente da participação feminina no mercado de trabalho, seja entre os assalariados, seja entre os autônomos, ressaltam que essa tendência não é homogênea entre os diferentes setores de atividade, dentro e fora do setor formal. No emprego doméstico remunerado, por exemplo, gueto tradicional do sexo feminino, a concentração de mulheres diminui um pouco nos anos 1990, resultado que as autoras atribuem ao aumento do desemprego entre os trabalhadores não-qualificados. Um movimento semelhante é observado em algumas atividades de prestação de serviços.

8 Trata-se da ocupação que a PME rotula de “empregados domésticos não-especializados”, a que agregamos as arrumadeiras. Fora estas, existem as diaristas no serviço doméstico, que abrangem as faxineiras, lavadeiras e passadeiras; e as ocupações de maior especialização, como cozinheiras, babás, governantas e mordomos. Estas últimas são rotuladas como “empregados domésticos especializados”, mas foram eliminados de nossa análise porque seu número era inferior ao mínimo estipulado na seleção das famílias ocupacionais.

**Tabela 2**  
**NÍVEL EDUCACIONAL, POR FAMÍLIA DE OCUPAÇÃO (%)**

	Analfabeto	Alfabetizado	Elementar (Primário)	1º Grau (Ginásio)	2º Grau	Superior e +
8 Empresários da indústria de transformação	0.0	2.4	12.0	18.1	37.4	30.1
9 Empresários da construção civil	2.8	2.8	16.7	33.2	2.8	41.7
40 Chefes/encarregados de serviços administrativos	0.5	5.1	9.8	20.9	38.3	25.4
53 Pagadores e caixas	0.0	1.9	0.6	10.4	48.8	38.3
54 Almojarifes e armazenistas	0.0	1.5	12.4	46.7	35.0	4.4
55 Expedidores e conferentes	1.0	12.7	8.8	48.1	26.5	2.9
58 Operadores de processamento de dados	0.0	0.0	2.5	13.8	56.0	27.7
59 Secretárias	0.0	0.0	2.6	9.6	47.9	39.9
63 Recepcionistas	0.0	0.0	5.0	30.1	52.5	12.4
101 Engenheiros	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	100.0
151 Médicos	0.0	0.0	0.0	1.8	1.8	96.4
162 Enfermeiros não-diplomados	0.7	1.6	6.9	32.2	50.7	7.9
182 Contadores	0.0	0.0	0.0	2.7	26.1	71.2
233 Advogados	0.0	0.0	0.0	0.0	2.1	97.9
422 Torneiros mecânicos	0.0	5.7	21.8	41.5	27.6	3.4
426 Soldadores	4.9	12.7	23.5	51.1	7.8	0.0
429 Ferreiros e serralheiros	3.9	7.9	26.0	42.6	16.5	3.1
470 Alfaiates e costureiros	2.7	15.3	28.4	39.6	12.9	1.1
478 Trabalhadores na fabricação de calçados	1.6	12.8	11.9	66.7	7.0	0.0
481 Marceneiros	5.9	9.7	26.5	43.9	13.5	0.5
482 Carpinteiros	16.0	22.1	26.0	31.3	3.8	0.8
503 Reparadores de equipamentos eletroeletrônicos	1.8	6.5	18.2	35.3	29.4	8.8
506 Eletricistas de instalações	4.4	14.3	20.9	42.8	14.3	3.3
514 Pintores e caiadores	10.1	18.9	18.2	49.0	3.8	0.0
517 Encanadores	3.1	20.6	30.9	37.2	8.2	0.0
584 Embaladores de mercadorias	4.4	10.6	12.4	59.3	13.3	0.0
586 Trabalhadores da indústria de borracha/plástico	3.4	5.1	11.9	67.8	8.5	3.3
603 Operadores da caixa	0.5	0.5	4.2	43.5	46.6	4.7



813	Cozinheiros (exceto serviços domésticos)	11.4	16.1	25.2	40.4	6.4	0.5
814	Garçons	1.6	4.8	15.2	58.4	18.4	1.6
815	Atendentes de bares e lanchonetes	5.5	8.7	17.0	50.6	16.2	2.0
821	Cabelereiros	1.1	7.4	25.7	36.0	26.9	2.9
824	Manicures	3.4	4.6	17.2	57.6	14.9	2.3
841	Porteiros	9.4	12.5	23.8	44.4	9.4	0.6
844	Serventes de prédio	15.7	21.3	21.3	36.1	4.8	0.8
845	Contínuos	1.2	1.2	4.7	44.7	43.5	4.7
924	Trabalhadores braçais	17.8	11.6	14.7	51.1	4.5	0.3
926	Ocupações em cuidados pessoais	1.8	12.7	5.5	40.0	34.5	5.5
1000	Comerciantes empregadores	0.9	5.9	10.0	17.9	39.9	25.5
1200	Diretores e chefes do setor público	0.0	0.7	2.6	10.5	22.4	61.8
1300	Administradores de empresas industriais	0.0	1.7	4.6	16.6	29.7	46.3
1400	Administradores de comércio	0.0	1.3	9.9	24.9	39.5	24.5
1500	Administradores de hotéis e outros serviços	0.0	0.0	3.5	10.5	31.4	53.5
1700	Assistentes administrativos	1.1	1.4	3.2	8.3	51.4	34.5
1800	Auxiliares de escritório	0.3	0.9	3.9	20.8	49.4	24.7
1900	Analistas e programadores	0.0	0.0	0.9	5.2	18.3	75.6
2100	Professores de 2º grau	0.0	0.0	0.8	0.0	6.9	92.3
2200	Professores de 1º grau	0.0	0.0	0.7	1.8	43.9	53.6
2600	Mestres, contra mestres e técnicos	6.1	9.6	18.3	19.3	31.0	15.7
2700	Mecânicos	2.7	8.5	16.5	45.6	23.0	3.7
2800	Pedreiros	17.1	26.7	21.0	31.8	3.4	0.0
2900	Serventes de pedreiro	26.8	8.8	5.6	56.4	2.4	0.0
3000	Comerciantes conta-própria	4.8	12.1	23.5	25.8	26.7	7.1
3100	Vendedores	1.8	5.1	9.4	43.9	34.1	5.7
3200	Feirantes e outros ambulantes	8.3	11.9	14.4	39.0	22.9	3.5
3300	Representantes de vendas	0.3	1.3	8.3	20.7	43.3	26.1
3400	Motoristas	1.7	13.0	28.1	40.8	15.4	1.0
3500	Trocadores	2.3	7.6	15.9	53.7	20.5	0.0
3600	Diaristas (serviços domésticos)	24.0	23.1	18.2	30.8	3.9	0.0
3800	Empregados domésticos	19.3	16.1	15.1	44.7	4.6	0.2
3900	Oficiais e praças	0.3	0.8	24.9	54.0	0.0	20.0

Fonte: Elaboração própria, a partir da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE.

**Tabela 3**  
**ESTATÍSTICAS DE ESCOLARIDADE,**  
**POR FAMÍLIA DE OCUPAÇÃO (Nº DE ANOS)**

	Média	Mediana	Moda	D. Padrão	Variância	
8	Empresários da indústria de transformação	10.2	11	11	3.9	15.3
9	Empresários da construção civil	7.9	6	4	5.3	28.0
40	Chefes/encarregados de serviços administrativos	9.9	11	11	3.9	15.4
53	Pagadores e caixas	11.5	11	11	2.9	8.2
54	Almoxarifes e armazenistas	7.9	8	11	3.3	10.9
55	Expedidores e conferentes	7.5	8	11	3.3	10.9
58	Operadores de máquinas de processamento de dados	10.8	11	11	2.4	5.9
59	Secretárias	11.4	11	11	2.6	6.9
63	Receptionistas	10.0	11	11	2.9	8.2
101	Engenheiros	15.5	16	16	1.2	1.4
151	Médicos	15.6	16	16	0.7	0.4
162	Enfermeiros não-diplomados	9.6	11	11	2.6	7.0
182	Contadores	13.8	15	15	2.0	3.8
233	Advogados e defensores públicos	15.6	16	16	0.7	0.5
422	Torneiros mecânicos	7.2	8	8	2.9	8.2
426	Soldadores	5.3	5	4	2.9	8.2
429	Ferreiros e serralheiros	6.0	5	4	2.8	8.0
470	Alfaiates e costureiros	5.8	5	4	2.9	8.5
478	Trabalhadores na fabricação de calçados	5.0	5	5	1.9	3.8
481	Marceneiros	5.7	5	4	2.8	8.0
482	Carpinteiros	3.5	3	4	2.7	7.1
503	Reparadores de equipamentos eletroeletrônicos	7.7	8	11	3.3	10.8
506	Eletricistas de instalações	6.2	5	4	3.1	9.5
514	Pintores e caiadores	5.0	5	4	2.7	7.1
517	Encanadores	5.2	5	5	2.8	7.6
584	Embaladores de mercadorias	5.7	5	4	3.0	8.7
586	Trabalhadores da indústria de borracha/plástico	5.8	5.5	5	2.7	7.2
603	Operadores da caixa	9.0	10	11	2.9	8.5
813	Cozinheiros (exceto serviços domésticos)	5.0	4	4	2.9	8.6
814	Garçons	6.4	6	5	2.8	8.0
815	Atendentes bares e lanchonetes	5.6	5	4	2.9	8.1
821	Cabelereiros	7.0	6	11	3.0	8.8
824	Manicures	6.7	7	8	2.8	7.7
841	Porteiros	5.3	4	4	3.1	9.4
844	Serventes de prédio	4.2	4	4	2.8	7.6
845	Contínuos	7.3	7	11	2.9	8.5
924	Trabalhadores braçais	4.0	4	4	2.6	6.9
926	Ocupações em cuidados pessoais	7.7	8	11	3.8	14.7
1000	Comerciantes empregadores	10.0	11	11	4.2	17.3
1200	Diretores e chefes do setor público	12.7	15	15	3.5	12.5
1300	Administradores de empresas industriais	11.8	12	15	3.7	13.5
1400	Administradores de comércio	10.0	11	11	3.4	11.8
1500	Administradores de hotéis e outros serviços	13.0	14.5	15	2.8	7.7
1700	Assistentes administrativos	11.6	11	11	3.1	9.5
1800	Auxiliares de escritório	10.5	11	11	3.0	8.7
1900	Analistas e programadores	13.7	15	15	2.2	4.8
2100	Professores de 2º grau	14.7	15	15	1.2	1.4
2200	Professores de 1º grau	12.9	13	11	2.1	4.6
2600	Mestres, contramestres e técnicos	8.3	8	11	4.1	17.0
2700	Mecânicos	6.8	6	11	3.2	10.3
2800	Pedreiros	3.8	4	4	2.7	7.4
2900	Serventes de pedreiro	3.6	4	4	2.7	7.0
3000	Comerciantes conta-própria	6.6	5	11	4.0	15.6
3100	Vendedores	7.7	8	11	3.3	10.8
3200	Feirantes e outros ambulantes	5.9	5	4	3.7	14.0
3300	Representantes de vendas	10.3	11	11	3.3	11.1
3400	Motoristas	6.2	5	4	3.0	8.9
3500	Trocadores	6.6	7	8	2.6	6.5
3600	Diaristas (serviços domésticos)	3.4	4	4	2.7	7.3
3800	Empregados domésticos	3.9	4	4	2.7	7.2
3900	Oficiais e praças	10.3	11	11	2.8	7.8

Fonte: Elaboração própria, a partir da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE.

A despeito do aumento da escolaridade média da população nas últimas décadas, ainda são numerosas as ocupações exercidas predominantemente por indivíduos que têm apenas o curso primário: cozinheiros, pintores, porteiros e serventes de prédio, pedreiros e serventes de pedreiro, empregados domésticos e trabalhadores braçais. Um segundo conjunto pode ser montado a partir das ocupações tipicamente exercidas por indivíduos com diploma ginasial: almoxarifes e armazenistas, expedidores e conferentes, torneiros mecânicos, reparadores de equipamentos eletroeletrônicos, trabalhadores de cuidados pessoais, mestres, contramestres e técnicos industriais. São numerosas as ocupações que abrigam preferencialmente indivíduos com diploma colegial: empresários da indústria de transformação, chefes e encarregados de serviços administrativos das empresas, pagadores e caixas, operadores de máquinas de processamento de dados, secretárias, recepcionistas, administradores na indústria e no comércio, comerciantes empregadores, assistentes administrativos, auxiliares de escritório, representantes de vendas, oficiais e praças.

No outro extremo da distribuição, há ocupações com clara predominância de indivíduos com curso superior completo. Em algumas, esse resultado não surpreende, pois o exercício profissional requer formação universitária. É o caso dos advogados, engenheiros, médicos e professores de 2º grau. Em outras ocupações observamos também o predomínio de profissionais com curso superior, embora essa formação não seja formalmente exigida para o exercício profissional. São elas: contadores (62% fizeram faculdade), analistas e programadores (60%), indivíduos em posições de direção e chefia no setor público (59%), administradores e gerentes de hotéis e outros de serviços e assistentes administrativos (53% cada). Cabe mencionar também a presença de trabalhadores com formação universitária no exercício de ocupações tipicamente manuais: cerca de 10% dos mestres da indústria terminaram a faculdade, e outros 8% chegaram a frequentá-la.

A significativa expansão que a escola formal teve no Brasil, nas últimas décadas, não nos deve iludir quanto ao atendimento das necessidades sociais nessa área. Tem-se dito e mostrado empiricamente que, depois de um longo período de negligência, a educação virou prioridade social. A população brasileira, mesmo a mais pobre, está convencida da necessidade de manter seus filhos na escola durante um período de tempo maior, senão para ascender socialmente, pelo menos para conseguir transitar no mercado de trabalho. Mas os níveis médios de escolaridade da população ainda deixam muito a desejar, mesmo do ponto de vista puramente quantitativo. Ficam aquém de países asiáticos como a Coreia do Sul, Taiwan ou Cingapura, e são baixos mesmo quando comparados a outros países da América Latina. Enquanto as oportunidades de ganho nos serviços, no comércio ou na construção civil são razoáveis, trabalhadores com pouca escolaridade mas muito empenho e sagacidade nos negócios têm conseguido ganhos extraordinários. Pas-



sado esse primeiro momento dos empresários inovadores porém, a um ritmo constante de crescimento do emprego, as condições de acesso a essas atividades tenderão a tornar-se mais restritivas.

### 3 INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Examinaremos nesta seção a forma de inserção no mercado das famílias de ocupação selecionadas, a partir da combinação de duas variáveis: posição na ocupação e registro em carteira de trabalho.

No tocante ao registro em carteira, observamos nas Tabelas 4 e 5 que parte das famílias de ocupação definidas integra o setor formal da economia. Incluem-se nesse segmento a maioria das ocupações da indústria de transformação e muitas ocupações não-manuais, de níveis variados de qualificação. O elo entre os dois grupos é o predomínio do trabalho assalariado, associado à sua condição de empregados nas empresas a que se vinculam. Mais de 2/3 dos indivíduos são empregados e trabalham com carteira assinada nas seguintes ocupações: trabalhadores das indústrias de borracha e de calçados, torneiros mecânicos, soldadores, mestres e contramestres expedidores e conferentes almoxarifes e armazenistas embaladores de mercadorias, no conjunto formado pelas ocupações industriais; administradores de empresas em geral na indústria, no comércio e nos serviços; pagadores e caixas, chefes e encarregados administrativos das empresas, recepcionistas, secretárias, operadores de máquinas de processamento de dados, analistas e programadores e auxiliares de escritório, dentre as outras ocupações não-manuais; nos demais grupos, porteiros, contínuos, serventes de prédio e trocadores de ônibus. Entre os vendedores no comércio, 70% trabalham com carteira assinada, a mesma proporção valendo para os engenheiros.

Em outras categorias, a participação de trabalhadores com carteira assinada fica abaixo desse nível, oscilando entre 50 e 68% do total da categoria. É o caso de garçons enfermeiros não-diplomados cozinheiros reparadores eletroeletrônicos, enfermeiros não-diplomados, cozinheiros, reparadores eletroeletrônicos, trabalhadores braçais, contadores, motoristas, atendentes de bares e lanchonetes, encanadores, carpinteiros e empregados domésticos.

Seria preciso um estudo mais pormenorizado para encontrar o elo comum às ocupações desse segundo grupo. A lista é extensa e a variação é grande entre e dentro das categorias, que têm em comum o fato de contarem com uma parcela expressiva de indivíduos na posição de empregados, sem excluírem de todo a existência de autônomos. Outra característica é que as ocupações mencionadas usualmente abrigam profissionais que não estão vinculados a uma única área de atividade. Os contadores, por exemplo, tendem a ter registro em carteira quando trabalham em funções assalariadas, e a deixar de tê-lo quando trabalham como autônomos.

Tabela 4

## POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, POR FAMÍLIA DE OCUPAÇÃO (%)

Ocupação	Empregado	Conta Própria	Empregador	Não Remunerado
8 Empresários da indústria de transformação	0.7	1.7	97.4	0.3
9 Empresários da construção civil	0.0	4.2	95.8	0.0
40 Chefes de serviços administrativos nas empresas	99.5	0.0	0.5	0.0
53 Pagadores e caixas	99.3	0.0	0.0	0.7
54 Almojarifes e armazenistas	100.0	0.0	0.0	0.0
55 Expedidores e conferentes	93.3	5.6	0.0	1.1
58 Operadores de máquinas de processamento de dados	95.8	4.2	0.0	0.0
59 Secretárias	97.3	0.6	0.0	2.1
63 Recepcionistas	98.1	1.4	0.0	0.5
101 Engenheiros	80.4	17.6	2.0	0.0
151 Médicos	65.8	22.2	12.0	0.0
162 Enfermeiros não-diplomados	98.2	1.8	0.0	0.0
182 Contadores	75.8	17.2	7.0	0.0
233 Advogados	27.6	62.2	9.7	0.5
422 Torneiros mecânicos	93.8	6.2	0.0	0.0
426 Soldadores	95.5	4.5	0.0	0.0
429 Ferreiros, serralheiros	54.4	40.9	4.7	0.0
470 Alfaiates, costureiros	40.1	59.4	0.2	0.4
478 Trabalhadores na fabricação de calçados	96.4	2.6	0.0	1.0
481 Marceneiros	57.1	42.3	0.5	0.0
482 Carpinteiros	64.5	34.5	0.9	0.0
503 Reparadores de equipamentos eletroeletrônicos	74.6	25.4	0.0	0.0
506 Eletricistas de instalações	48.9	51.1	0.0	0.0
514 Pintores e caiadores	26.7	72.8	0.5	0.0
517 Encanadores	67.0	33.0	0.0	0.0
584 Embaladores de mercadorias	100.0	0.0	0.0	0.0
586 Trabalhadores da indústria de borracha/plástico	100.0	0.0	0.0	0.0
603 Operadores da caixa	95.7	0.0	0.0	4.3
813 Cozinheiros (exceto serviços domésticos)	88.3	9.8	0.0	1.9
814 Garçons	93.3	5.9	0.0	0.8
815 Atendentes bares e lanchonetes	83.3	1.2	0.0	15.5
821 Cabeleireiros	19.1	79.9	1.0	0.0
824 Manicures	19.8	80.2	0.0	0.0
841 Porteiros	99.4	0.6	0.0	0.0
844 Serventes de prédio	96.9	3.1	0.0	0.0
845 Contínuos	100.0	0.0	0.0	0.0
924 Trabalhadores braçais	84.4	15.1	0.0	0.5
926 Ocupações em cuidados pessoais	76.0	22.4	0.0	1.6
1000 Comerciantes empregadores	0.0	2.0	97.1	0.9
1200 Diretores e chefes do setor público	99.5	0.5	0.0	0.0
1300 Administradores de empresas industriais	98.4	0.5	0.0	1.1
1400 Administradores de comércio	98.2	0.0	0.4	1.4
1500 Administradores de hotéis e outros serviços	97.1	2.2	0.7	0.0
1700 Assistentes administrativos	99.7	0.0	0.0	0.3
1800 Auxiliares de escritório	97.6	1.7	0.0	0.7
1900 Analistas e programadores	89.1	10.9	0.0	0.0
2100 Professores de 2º grau	98.2	1.8	0.0	0.0
2200 Professores de 1º grau	96.0	4.0	0.0	0.0
2600 Mestres, contramestres e técnicos	89.8	8.6	1.6	0.0
2700 Mecânicos	66.8	31.8	1.4	0.0
2800 Pedreiros	26.3	73.5	0.2	0.0
2900 Serventes de pedreiro	97.0	2.7	0.0	0.3
3000 Comerciantes conta-própria	0.8	97.2	1.6	0.5
3100 Vendedores	91.5	1.8	0.0	6.7
3200 Feirantes e outros ambulantes	6.6	91.0	0.9	1.5
3300 Representantes de vendas	62.7	35.6	1.5	0.2
3400 Motoristas	74.2	25.1	0.5	0.2
3500 Trocadores	100.0	0.0	0.0	0.0
3600 Diaristas (serviços domésticos)	16.0	83.7	0.1	0.1
3800 Empregados domésticos	98.5	1.2	0.0	0.3
3900 Oficiais e Praças	99.1	0.9	0.0	0.0

Fonte: Elaboração própria, a partir da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE.

Tabela 5

## CARTEIRA ASSINADA, POR FAMÍLIA DE OCUPAÇÃO (%)

	Ocupação	Sim	N
8	Empresários da indústria de transformação	0.33	302
9	Empresários da construção civil	0.00	95
40	Chefes de serviços administrativos nas empresas	91.72	640
53	Pagadores e caixas	89.33	150
54	Almoxarifes e armazenistas	90.16	122
55	Expedidores e conferentes	87.64	89
58	Operadores de máquinas de processamento de dados	83.02	212
59	Secretárias	75.60	332
63	Recepcionistas	83.18	214
101	Engenheiros	69.28	153
151	Médicos	34.19	117
162	Enfermeiros não-diplomados	67.98	381
182	Contadores	58.60	157
233	Advogados	16.76	185
422	Torneiros mecânicos	84.54	97
426	Soldadores	84.68	111
429	Ferreiros, serralheiros	37.58	149
470	Alfaiates, costureiros	26.41	549
478	Trabalhadores na fabricação de calçados	76.04	192
481	Marceneiros	30.10	196
482	Carpinteiros	50.00	110
503	Reparadores de equipamentos eletroeletrônicos	65.08	126
506	Eletricistas de instalações	39.42	137
514	Pintores e caiadores	13.61	191
517	Encanadores	55.32	94
584	Embaladores de mercadorias	90.00	120
586	Trabalhadores da indústria de borracha/plástico	91.11	90
603	Operadores da caixa	85.19	162
813	Cozinheiros (exceto serviços domésticos)	66.90	420
814	Garçons	68.07	119
815	Atendentes de bares e lanchonetes	54.29	245
821	Cabeleireiros	5.53	199
824	Manicures	3.60	111
841	Porteiros	88.20	178
844	Serventes de prédio	79.73	740
845	Contínuos	77.32	97
924	Trabalhadores braçais	60.99	405
926	Ocupações em cuidados pessoais	47.20	125
1000	Comerciantes empregadores	0.00	557
1200	Diretores e chefes do setor público	24.23	194
1300	Administradores de empresas industriais	83.24	185
1400	Administradores de comércio	80.50	282
1500	Administradores de hotéis e outros serviços	90.58	138
1700	Assistentes administrativos	39.81	309
1800	Auxiliares de escritório	78.88	1146
1900	Analistas e programadores	77.55	147
2100	Professores de 2º grau	44.79	163
2200	Professores de 1º grau	34.45	569
2600	Mestres, contramestres e técnicos	79.14	187
2700	Mecânicos	48.08	626
2800	Pedreiros	16.96	955
2900	Serventes de pedreiro	33.94	330
3000	Comerciantes conta-própria	0.37	1094
3100	Vendedores	70.77	958
3200	Feirantes e outros ambulantes	0.40	755
3300	Representantes de vendas	31.76	466
3400	Motoristas	58.17	1279
3500	Trocadores	93.33	150
3600	Diaristas (serviços domésticos)	8.50	718
3800	Empregados domésticos	50.04	1259
3900	Oficiais e praças	2.87	349

Fonte: Elaboração própria, a partir da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE.



Em algumas ocupações, a incidência de indivíduos com carteira de trabalho assinada não chega à metade do total. Estão próximos desse limite os eletricitistas de instalações (49% dos quais têm carteira assinada), mecânicos (48%), trabalhadores em serviços de cuidados pessoais (47%) e professores de 2º grau (45%). Mais abaixo situam-se os assistentes administrativos (40%), professores de 1º grau (34%), serventes de pedreiro (34%) e médicos (34%). Com menos de 1/3 do pessoal ocupado tendo registro em carteira há as seguintes famílias de ocupação: representantes de vendas (32% dos quais são registrados), marceneiros (30%) alfaiates e costureiros (26%) pedreiros (17%), alfaiates e costureiros (26%), pedreiros (17%), advogados (17%) e pintores e caiadores (14%).

Muitas das ocupações acima caracterizam-se, como vimos, pela presença simultânea de profissionais assalariados e autônomos prestadores de serviços. Em situações isoladas, como a dos assistentes administrativos, abrigam-se sob o rótulo três conjuntos de trabalhadores: profissionais do setor público, assalariados de empresas privadas e prestadores de serviços. É importante observar a parcela relativamente alta de professores sem registro em carteira, embora se trate de uma categoria tipicamente assalariada.<sup>9</sup>

Os maiores níveis de informalidade incidem, como seria de se esperar, em profissões típicas do setor terciário: feirantes e outros ambulantes (93% dos quais não têm registro em carteira), manicures (80%) e diaristas no serviço doméstico (84%). Há dois aspectos a ressaltar, aqui: enquanto no último grupo a maioria senão a totalidade dos trabalhadores são assalariados, a condição de assalariamento é rara entre os vendedores ambulantes. Em segundo lugar, são ocupações com forte presença feminina.

#### 4 O TRÂNSITO ENTRE POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO

Feita essa caracterização preliminar das diferentes famílias de ocupação, podemos passar agora ao estudo do trânsito do pessoal ocupado no mercado de trabalho. Para tanto, focalizaremos os dados relativos à ocupação do indivíduo em dois pontos do tempo, 1991 e 1996.<sup>10</sup> Numa primeira etapa, analisaremos o conjunto das informações, sem desagregá-las por famílias de ocupação.

---

9 O caso dos professores é atípico. Como se sabe, uma grande parcela dos professores trabalha no setor público, principalmente estadual e municipal; quando são servidores públicos, não cabe a informação sobre registro em carteira de trabalho.

10 O questionário da PME utilizado na pesquisa continha dados sobre a ocupação dos informantes cinco anos antes, ou seja, em 1991. Tais dados serviram de base para as comparações que se seguem.

Uma tendência interessante, acusada pelos dados da PME, é a diminuição do total de trabalhadores ocupados como “empregados”, em todos os ramos da economia, exibida na Tabela 6. Os dados não deixam dúvidas sobre a ocorrência de profundas mudanças na estrutura ocupacional das regiões metropolitanas, com as quais sua população adulta precisa aprender a conviver, goste ou não de seus efeitos. A globalização da economia e a necessidade de ganhar competitividade externa para acompanhar o processo contemporâneo de “abertura dos portos” exercem um impacto acelerado sobre o nível de emprego e sua estrutura, na direção geral preconizada pela teoria econômica.

**Tabela 6**

**COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO**

(%)

<b>Posição na ocupação</b>	<b>Part91</b>	<b>Part96</b>	<b>Crescimento</b>
Empregado	78,0	69,3	-11,2
Conta-própria	18,4	24,8	34,8
Empregador	3,3	4,9	48,5
Não-remunerado <sup>1</sup>	0,3	0,9	200,0

Fonte: Elaboração própria, a partir da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE.

Nota: (1) Para entender os dados relativos aos não-remunerados, é importante lembrar da mudança de critério adotada na mensuração da PEA, a partir de 1992. Desse momento em diante, passaram a ser classificados como “ocupados” todos os indivíduos que tivessem trabalhado durante a semana da entrevista, ainda que por apenas uma hora. Foram também incluídos na PEA os trabalhadores que naquela semana estiveram ocupados em atividades de autoconstrução e autoconsumo. Essas mudanças afetaram sobretudo o trabalho infantil no meio rural, mas tiveram algum impacto na própria PEA metropolitana, como os dados de nossa pesquisa deixam entrever.

No conjunto da amostra, a participação dos empregados no pessoal ocupado caiu 11% em apenas cinco anos. Simultaneamente, houve uma expansão da ordem de 49% de participação de empregadores e de 35% de trabalhadores por conta-própria. Estes passam a representar, ao final do período, mais de 25% do pessoal ocupado. Quanto aos empregadores, embora representem ainda uma pequena parcela do pessoal ocupado (5% do total), sua importância cresceu no período analisado.

O caso dos empregados é exemplar para o esforço de compreender melhor o sentido das transformações em curso. Em 1991, 78% do pessoal ocupado nas regiões metropolitanas brasileiras eram empregados. Cinco anos mais tarde, esse contingente passou a representar 69% do total. A construção

civil, o comércio e os serviços foram, em ordem decrescente, os setores em que a diminuição relativa do número de trabalhadores na posição de empregados foi mais forte. Isso reflete o impacto da reestruturação do sistema produtivo, que reage a um conjunto de fatores, entre os quais a rigidez das leis trabalhistas. Ao mesmo tempo em que diminui a participação de trabalhadores empregados, cresce a participação daqueles ocupados como conta-própria, sobre os quais não pesam encargos sociais, ou mesmo como empregadores e mão-de-obra familiar não-remunerada.

Os resultados encontrados são sintomáticos de uma economia que, ao preparar-se para competir externamente, revê sua estrutura de emprego e as normas que tradicionalmente regeram suas relações de trabalho. Em última análise, revelam a força dos fatos, que se impõem às normas e se instituem apesar delas. A grande massa de indivíduos que enfrenta pela primeira vez o trabalho por conta-própria, ou mesmo a condição de empregador, percebe na nova condição um somatório de efeitos positivos (autonomia decisória ou expectativa de ganhos mais elevados, por exemplo) com negativos (insegurança decorrente de um emprego não-estável, instabilidade do fluxo de renda *etc.*).

Os dados da Tabela 7 mostram as várias combinações possíveis no trânsito do pessoal ocupado entre 1991 e 1996. A categoria dos empregados é, de longe, a mais estável: 92% dos empregados de 1996 já se encontravam nessa situação cinco anos antes. No outro extremo, a maior mobilidade aparece entre os empregadores: apenas 35% dos empregadores de 1996 usufruíam dessa condição em 1991. Além desses dois movimentos, sobressai a expressiva parcela de conta-própria que foi empregada (49%). Há também empregadores que em 1991 eram conta-própria (33%) ou empregados (31%); empregados que trabalhavam como conta-própria (7% do total) ou mesmo empregadores (1%); conta-própria que eram empregadores (3%); e assim por diante, a sinalizar os reflexos sobre o mercado de trabalho do vai-e-vem das transformações econômicas e sociais do período.

Aqui se encontra um reflexo importante da complexidade das mudanças que afetam o mercado de trabalho no período mais recente. Embora a perda da posição de empregado e a informalização das relações de emprego predominem, não se pode dizer que este seja o sentido obrigatório das transformações em curso. Ao lado do trabalhador metalúrgico que é demitido e passa a trabalhar como “conta-própria” no comércio ou nos serviços, há o dono de um pequeno negócio que não pode mais arcar com o custo de seus empregados e passa a trabalhar como autônomo, sozinho ou apenas com ajuda da família. Ao lado do empregador que perde esta condição, não são raros os episódios de empregados ou trabalhadores por conta-própria que se tornam empregadores. Tudo isso sinaliza para um quadro bem complexo, cujos problemas requerem soluções adequadas a tal diversidade.



Tabela 7

## TRÂNSITO ENTRE POSIÇÕES EM 1991-96

Posição na ocupação em 1996	Empregado	Conta-própria	Empregador	Não-remunerado
Empregado	92,4	6,6	0,8	0,2
Conta-própria	47,9	48,5	3,3	0,3
Empregador	31,4	33,2	35,1	0,2
Não-remunerado	42,6	40,7	8,3	8,3

Fonte: Elaboração própria, a partir da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE.

É interessante analisar a mudança de significado que o trabalho por “conta-própria” parece ter sofrido nas últimas décadas. Há cerca de 30 anos, quando se completava no Brasil o processo de substituição de importações, estabelecer-se por “conta-própria” era o sonho de médio prazo de todo o profissional liberal (Pastore, Gouvea, 1971). Ao olhar para o futuro, o jovem universitário que se preparava para ingressar no mercado via no emprego por “conta-própria” a possibilidade de realização profissional. Este era o grande sonho, que eventualmente comportava um ponto de parada intermediário: depois de uma temporada trabalhando como empregado de uma empresa de grande porte, o trabalhador acumularia experiência e capital suficientes para satisfazer sua ambição profissional. (Curiosamente, esse sonho unia o jovem universitário recém-saído da escola superior ao mais humilde trabalhador agrícola, que enxergava na possibilidade de explorar seu próprio pedaço de terra a perspectiva de ascensão social.) Entre o sonho e a realidade, porém, havia um hiato que alguns já percebiam. Muitos jovens universitários pressentiam que talvez permanecessem em seu ponto “de parada” mais tempo do que gostariam, ou mais tempo do que seus colegas mais velhos gastaram.

Passadas quase três décadas, o trabalho por “conta-própria” tem uma nova feição. Ele passou a ser uma alternativa de emprego bastante comum, não só para os egressos da universidade, como também para um sem-número de outros trabalhadores, com idade, formação escolar e experiência de trabalho diferenciadas. O jovem que enfrenta pela primeira vez o mercado de trabalho, o trabalhador de meia idade que perdeu seu emprego no setor organizado da economia, o aposentado que precisa complementar sua renda, encontram no trabalho autônomo uma alternativa atraente. Mesmo que não o seja, é a oportunidade à sua frente, da qual devem extrair o maior benefício possível.

Ora, a nova condição requer um perfil profissional específico, e exige habilidades de gestão que muitos daqueles que durante boa parte de sua vida se prepararam para exercer um trabalho assalariado, sob as ordens de um patrão ou supervisor, não têm. Como mostra a literatura recente (Araújo, 1998), a perspectiva de um trabalho por “conta-própria” não é algo trivial para o trabalhador. A mudança pressupõe um *endowment* – ou seja, uma capacidade empresarial específica, que não é fartamente disponível. Ela depende não só de determinadas características individuais como também de uma formação escolar mínima, mais avançada do que a da maioria da população adulta brasileira, e de um treinamento específico no próprio mercado.<sup>11</sup>

O estudo dos aspectos referentes à informalização do mercado de trabalho requer ainda a análise do registro do trabalhador na carteira de trabalho. Com o intuito de aprimorar a qualidade da análise, restringimos a amostra aos indivíduos que trabalhavam como empregados, nos dois pontos de tempo focalizados. Os resultados agregados são expostos na Tabela 8.

**Tabela 8**  
EMPREGADOS COM REGISTRO EM CARTEIRA, 1991-96

(%)

	Empregados com registro em carteira		Crescimento
	1991	1996	
Indústria de transformação	93,5	84,4	-9.7
Construção civil	84,0	60,0	-28.6
Comércio	85,0	75,5	-11.2
Serviços	74,7	66,8	-10.6
Outros	44,3	29,7	-33.0
Total	78,1	67,7	-13.3

Fonte: Elaboração própria, a partir da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE.

O primeiro resultado que salta aos olhos, também desse prisma, é a crescente informalização das relações de trabalho no período considerado. Além de uma parcela crescente dos trabalhadores dos diferentes ramos e

11 Há mais coisas, obviamente. A demanda de produtos ofertados pelos “conta-própria” tem lugar em um mercado bastante competitivo, de elasticidade limitada. Isso quer dizer que, no ponto de saturação, a entrada de um novo ofertante reduz a renda média esperada, como nos lembra Araújo (1998).

áreas de atividade ter deixado de trabalhar como empregado, como vimos há pouco, a participação dos indivíduos com carteira de trabalho assinada diminui em praticamente todas as áreas. No conjunto da amostra, no início do período em estudo cerca de 78% dos empregados eram formalmente registrados; no final do mesmo período, essa porcentagem reduz-se para 68%, o que representa uma queda de 13%.

Vale aqui reiterar que, embora estejamos focalizando o trânsito do pessoal ocupado entre diferentes posições na ocupação, e não os níveis de emprego em cada uma delas, as tendências apontam na mesma direção. Um dos resultados do movimento delineado é que ele força o desenvolvimento de novas instituições, como aquelas voltadas para o seguro privado, pelas quais se procura compensar o número crescente de trabalhadores que são postos à margem do sistema público de seguridade social.

O que representam esses resultados, do ponto de vista da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas? Sem dúvida, uma evidência da informalização dos vínculos de emprego, aquilo que alguns analistas chamam de “precarização” das relações trabalhistas. Trata-se de um fenômeno muito comentado, amplamente reconhecido, mas sobre o qual ainda pouco se sabe.<sup>12</sup>

## 5 PERMANÊNCIA NA OCUPAÇÃO

Que tipo de inserção ocupacional tiveram, no passado recente, os indivíduos que integram nossa amostra? Como se moveu no mercado de trabalho o pessoal ocupado, de um ponto de origem, em 1991, a um ponto de destino, em 1996? Mais especificamente, que ocupação exerciam cinco anos antes?<sup>13</sup>

---

12 Não é possível associar mecanicamente bons empregos e empregos protegidos pela legislação trabalhista. Como argumentam Ramos, Reis (1997), a caracterização de um posto de trabalho como “bom” ou “ruim” vai bem além da simples forma de inserção do trabalhador no mercado. O simplismo dessa associação salta aos olhos quando se utilizam novas formas de medir a precariedade do mercado de trabalho, como fazem os autores. A esse respeito, ver também Pero, Urani (1993), que mostram uma percepção diferenciada entre trabalhadores informais e autônomos.

13 Como mencionado anteriormente, essa informação foi coletada no suplemento da pesquisa da PME 1996. Ela está sujeita a lacunas decorrentes de subdeclaração, esquecimento e outras. Mas, de qualquer forma, pode ser aproveitada em estudos exploratórios. É importante também notar que os dados aqui analisados referem-se à mudança de ocupação entre 1991 e 1996. As mudanças de emprego ocorridas entre indivíduos que em 1996 exerciam a mesma ocupação não são, assim, captadas pelo indicador.



A Tabela 9 apresenta os resultados decorrentes da comparação entre a ocupação dos trabalhadores de 20 anos ou mais que faziam parte do pessoal ocupado em 1996 e aquela que exerciam em 1991. Essa comparação constitui um indicador importante daquilo que pode ser definido como a “permanência” de médio prazo dos trabalhadores nas diferentes famílias de ocupação. Uma avaliação impressionista dos dados brutos assim obtidos nos orientou na montagem de três grandes agrupamentos:

- i) ocupações de permanência elevada, agrupamento definido pelo fato de, em 1996, 60% ou mais de seus integrantes estarem exercendo a mesma ocupação que exerciam em 1991;
- ii) ocupações de baixa permanência, agrupamento definido pelo fato de 1/3 ou menos de seus integrantes estarem exercendo a mesma ocupação que exerciam em 1991;
- iii) ocupações de permanência média, situadas entre os dois extremos acima definidos.

A análise das ocupações que compõem os três segmentos sugere algumas pistas que podem orientar o delineamento de futuras pesquisas. Uma delas é o fato de um número significativo de ocupações de permanência elevada corresponderem a ocupações de nível superior. É o caso dos médicos: 84% dos trabalhadores ocupados como médicos em 1996 estavam na mesma ocupação em 1991. O mesmo se aplica aos engenheiros (61%) e aos advogados (61%). Algumas ocupações que pressupõem habilidades específicas também se enquadram no grupo de permanência elevada: alfaiates e costureiros (74%), enfermeiros (66%) e cabelereiros (66%).

No outro extremo, uma boa parte das ocupações de baixa permanência são pouco exigentes em matéria de escolaridade e qualificação profissional. Porcentagens variáveis entre 15 e 27% dos embaladores de mercadoria, trabalhadores de cuidados pessoais, serventes de pedreiro, expedidores e conferencistas, atendentes de bares e lanchonetes, almoxarifes, trabalhadores braçais e recepcionistas tinham outro tipo de inserção ocupacional em 1991.

Esses resultados sugerem que certas características da ocupação têm o dom de prender o trabalhador à mesma, ou, pelo contrário, fazer com que se afaste. Ocupações que exigem um maior investimento de capital humano, como as que demandam mais tempo de treinamento na escola e/ou no serviço, classificar-se-iam entre as de permanência alta. Em contrapartida, ocupações pouco exigentes em termos de qualificação estimulariam a mobilidade do trabalhador, que se deslocaria para nichos ocupacionais vizinhos.

**Tabela 9**  
**PERMANÊNCIA NA OCUPAÇÃO**

Ocupação em 1996	Ocupação em 1991 (%)	
	A mesma	Outra <sup>1</sup>
8 Empresários da indústria de transformação	32,1	67,9
9 Empresários da construção civil	11,6	88,4
40 Chefes de serviços administrativos nas empresas	32,3	67,7
53 Pagadores e caixas	41,3	58,7
54 Almoxtarifos e armazenistas	26,2	73,8
55 Expedidores e conferentes	24,7	75,3
58 Operadores de máquinas de processamento de dados	32,1	67,9
59 Secretárias	43,4	56,6
63 Recepcionistas	27,1	72,9
101 Engenheiros	61,4	38,6
151 Médicos	83,8	16,2
162 Enfermeiros não-diplomados	65,6	34,4
182 Contadores	43,3	56,7
233 Advogados	60,5	39,5
422 Torneiros mecânicos	49,5	50,5
426 Soldadores	46,8	53,2
429 Ferreiros, serralheiros	47,0	53,0
470 Alfaiates, costureiros	74,1	25,9
478 Trabalhadores na fabricação de calçados	74,0	26,0
481 Marceneiros	65,8	34,2
482 Carpinteiros	60,9	39,1
503 Reparadores de equipamentos eletroeletrônicos	37,3	62,7
506 Eletricistas de instalações	34,3	65,7
514 Pintores e caiadores	49,2	50,8
517 Encanadores	54,3	45,7
584 Embaladores de mercadorias	15,0	85,0
586 Trabalhadores da indústria de borracha/plástico	13,3	86,7
603 Operadores da caixa	38,9	61,1
813 Cozinheiros	50,5	49,5
814 Garçons	49,6	50,4
815 Atendentes de bares e lanchonetes	25,3	74,7
821 Cabelereiros	65,8	34,2
824 Manicures	52,3	47,7
841 Porteiros	37,6	62,4
844 Serventes de prédio	38,2	61,8
845 Contínuos	30,9	69,1
924 Trabalhadores braçais	26,4	73,6
926 Ocupações em cuidados pessoais	13,6	86,4
1000 Comerciantes empregadores	28,4	71,6
1200 Diretores e chefes do setor público	32,0	68,0
1300 Administradores de empresas industriais	26,5	73,5
1400 Administradores de comércio	24,1	75,9
1500 Administradores de hotéis e outros serviços	29,0	71,0
1700 Assistentes administrativos	41,4	58,6
1800 Auxiliares de escritório	37,7	62,3
1900 Analistas e programadores	48,3	51,7
2100 Professores de 2º grau	36,8	63,2
2200 Professores de 1º grau	69,1	30,9
2600 Mestres, contramestres e técnicos	43,3	56,7
2700 Mecânicos	57,3	42,7
2800 Pedreiros	51,0	49,0
2900 Serventes de pedreiro	22,7	77,3
3000 Comerciantes conta-própria	32,1	67,9
3100 Vendedores	38,3	61,7
3200 Feirantes e outros ambulantes	33,5	66,5
3300 Representantes de vendas	33,3	66,7
3400 Motoristas	68,6	31,4
3500 Trocadores	43,3	56,7
3600 Diaristas (serviços domésticos)	38,7	61,3
3800 Empregados domésticos	61,0	39,0
3900 Oficiais e praças	72,5	27,5

Fonte: Elaboração própria, a partir da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE.

Nota: (1) Além dos indivíduos que tinham em 1991 uma ocupação diferente da que exerciam em 1996, inclui os desempregados e os fora da PEA.

Para aprofundar a análise, desagregamos um pouco mais os dados relativos à origem ocupacional dos trabalhadores do grupo de permanência baixa e média, focalizando as ocupações exercidas pelos mesmos indivíduos em 1991. Embora os dados revelem muita dispersão, é possível detectar alguns padrões reproduzidos na Tabela 10. Assim, entre os trabalhadores braçais, predominavam no passado recente ocupações como serventes de pedreiro e serventes de prédio; entre os atendentes de bares e lanchonetes, predominavam os vendedores, os serventes de prédio e os cozinheiros; entre os trabalhadores de cuidados pessoais, os empregados domésticos, auxiliares de escritório, vendedores e cozinheiros; entre os embaladores da indústria, predominavam os indivíduos ocupados em outras atividades industriais, os empregados domésticos e os braçais; os serventes de pedreiro em 1996 haviam sido principalmente pedreiros e braçais em 1991; cerca de 14% dos recepcionistas em 1996 foram auxiliares de escritório, enquanto 7% trabalhavam como secretários; entre os operadores de processamento de dados, predominam os indivíduos que cinco anos antes eram auxiliares de escritório; e quase 1/4 dos indivíduos que em 1996 eram empregadores no comércio haviam exercido o comércio por conta-própria em 1991.

Esses resultados sugerem que a mobilidade ocupacional se dá preferencialmente entre categorias adjacentes do ponto de vista do nível de habilidades requeridas e de suas exigências educacionais. Pelo próprio fato de se tratar de uma mobilidade de curta distância, não seria de se esperar uma trajetória ocupacional de mais fôlego, como a que poderia ser observada quando o período de análise abrange toda uma carreira individual.

Por outro lado, não é possível associar mecanicamente a permanência do trabalhador na mesma ocupação às exigências desta. Nesse sentido, a conclusão a que chegamos aqui não pode ser generalizada para toda a rede de ocupações pesquisada. Entre as ocupações de permanência alta estão empregados domésticos e carpinteiros, categorias que, como vimos, recrutam uma parcela comparativamente elevada de indivíduos analfabetos e pouco escolarizados. Ao mesmo tempo, ocupações bastante semelhantes em seu conteúdo, como a dos empregados domésticos e diaristas no serviço doméstico, exibem um comportamento muito distinto quando se analisa a permanência dos indivíduos na mesma ocupação. A parcela dos indivíduos que em 1996 estavam na mesma ocupação que exerciam cinco anos antes corresponde a 38% dos diaristas e a 61% dos empregados domésticos. Essa discrepância pode ser atribuída à natureza diversa dos dois tipos de trabalho, ambos dominados pela mão-de-obra feminina, mas diferentes do ponto de vista da natureza do vínculo empregatício. A dedicação ao trabalho remunerado doméstico em caráter eventual e esporádico, no caso das diaristas, favorece a conciliação das atividades externas com as atividades no próprio lar e mesmo com outras ocupações remuneradas, o que pode explicar sua maior mobilidade; a mesma flexibilidade não prevalece entre as trabalhadoras domésticas mensalistas.



**Tabela 10****TRAJETÓRIA OCUPACIONAL DE ALGUMAS FAMÍLIAS  
DE OCUPAÇÃO DE BAIXA E MÉDIA PERMANÊNCIA**

<b>Ocupação em 1996</b>	<b>Ocupações mais frequentes em 1991</b>
58 Operadores de processamento	Auxiliares de escritório (15,9%)
63 Recepcionistas	Auxiliares de escritório (13,7%) Secretários (7,1%)
584 Embaladores	Outras ocupações industriais (8,8%) Empregados domésticos (5,3%) Braçais (5,3%)
815 Atendentes de bares e lanchonetes	Vendedores (8,9%) Serventes de prédio (7,2%) Cozinheiros (5,5%)
844 Serventes de pedreiro	Braçais (8,3%) Pedreiros (8,6%)
924 Braçais	Serventes de pedreiro (7,8%) Serventes de prédio (5,3%)
926 Trabalhadores de cuidados pessoais	Empregados domésticos (9,8%) Auxiliares de escritório (6,3%) Vendedores (5,4%)
1000 Comerciantes empregadores	Comerciantes conta-própria (23,7%)

Fonte: Elaboração própria, a partir da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE.

Os dados expostos até este ponto dão o impulso inicial para uma investigação mais pormenorizada sobre a estrutura ocupacional do mercado de trabalho metropolitano brasileiro. Evidentemente, dar prosseguimento a esse trabalho, com apoio nos mesmos dados e em outros disponíveis, é essencial para que se possa avaliar corretamente a pertinência de algumas conclusões que são aqui apenas esboçadas.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, T. P. Mercado de trabalho: teoria e realidade. *Informações FIFE*, n. 219, p. 17-19, dez. 1998.
- BRUSCHINI, C. *Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta*: algumas comparações regionais. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, abr. 1989.
- HUTCHINSON, B. *et al. Mobilidade e trabalho*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.
- KOHN, A. *A estrutura ocupacional brasileira: uma abordagem regional*. Brasília: SESI, 1995.
- *Transformações recentes na estrutura ocupacional brasileira: impactos sobre o gênero*. NPP-EAESP/FGV, 1999. (Relatório de Pesquisa).
- PASTORE, J. P., GOUVÊA, G. *O estudante universitário em São Paulo*. São Paulo: IPE, 1971.
- PERO, V., URANI, A. Os trabalhadores informais querem emprego com contrato formal de trabalho? *Anais... ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO*, 3, Rio de Janeiro, 1993. Rio de Janeiro, 1993.
- RAMOS, L., REIS, J. G. *Mercado de trabalho e geração de emprego no Brasil*. IX Fórum Nacional. Rio de Janeiro: Instituto de Altos Estudos, 1997.
- SILVA, N. V. *Posição social nas ocupações*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto IBGE, 1974.
- WAJNMAN, S., PERPÉTUO, I. H. O. A redução do emprego formal e a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, maio 1997.